

Subcomissão suspeita da 'compra' de vagas

Os deputados e senadores que dominaram, nos últimos cinco anos, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso podem ter pago os colegas para serem indicados relatores dos ministérios e órgãos privilegiados com maior volume de recursos na lei orçamentária. A suspeita de que as sub-relatorias eram leiloadas a peso de ouro foi investigada pela subcomissão de emendas e deverá estar no relatório final da CPI do Orçamento, a ser divulgado sexta-feira.

“Esta foi uma das pistas mais surpreendentes e difíceis que recebemos”, revelou um integrante da subcomissão. Segundo ele, a apuração da denúncia, não concluída pela subcomissão, terá continuidade no Ministério Público Federal (MPF), para onde serão enviados todos os documentos recolhidos pela CPI. Depois de quase três meses de investigação, a comissão conseguiu identificar o que será chamado no relatório final de “núcleo de poder” do Orçamento: um grupo não superior a 15 parlamentares que controla a definição da lei orçamentária desde 1985.

Pelo diagnóstico da subcomissão de emendas, o grupo disputava “em proveito próprio ou de terceiros já determinados” as “expressivas dotações” reservadas para as áreas: Ministério da Infra-Estrutura (hoje dividido em Minas e Energia, Transportes e Comunicações), DNER, Ministério da Saúde, incluindo o Fundo Nacional de Saúde (FNS), Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Inamps, Ministério da Educação, com destaque para o FNDE e FAE, Ministério da Ação Social, Ministério da Agricultura.

O rodízio dos “anões” e de seu grupo de influência nas sub-relatorias da Comissão de Orçamento levou a CPI a suspeitar de que houve acertos financeiros até para a distribuição dos cargos na Comissão Mista de Orçamento.

Integrantes — A relação preliminar da subcomissão de emendas: 1) 1985 a 1988: deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Felipe Mendes (PPR-PI), João Alves (sem partido-BA) e os senadores Saldanha Derzi (PRN-MS), Louremberg Rocha (PPR-MT) e Edison Lobão (PFL), atual governador do Maranhão. 2) 1988 a 1991: deputado Cid Carvalho, Genebaldo Correia, Eraldo Tinoco (PFL-BA), Felipe Mendes, João Alves, José Carlos Vasconcellos (PRN-PE), José Geraldo (PMDB-MG), Lúcia Vânia (PP-GO), Osvaldo Coelho (PFL-PE), Paes Landim (PFL-PI), Ubiratã Aguiar (PMDB-CE), e os senadores Louremberg Rocha, Ronaldo Aragão (PMDB-RO) Ruy Bacelar (PMDB-BA) e Mansueto de Lavor (PMDB-PE); 3) de 1991 a 1993: Eraldo Tinoco, Felipe Mendes, Genebaldo Correia, José Geraldo, José Luiz Maia (PPR-PI), Messias Góis (PFL-SE), Paes Landim, Sérgio Guerra (PSB-PE), Ubiratan Aguiar e os senadores Ruy Bacelar, Mansueto de Lavor e Louremberg Rocha.